



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **DO OBJETO:**

1.1. Aquisição do material de consumo hospitalar, conforme à **Parte nº 72/2021/SEÇ CD(3454362)** a fim de manter o abastecimento na Subseção Farmácia de Dispensação de Medicamentos Psicotrópicos

Nº Item do PAM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT	CATMAT	UND	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
01	LIVRO REGISTRO / CONTROLE, NOME LIVRO REGISTRO / CONTROLE - Livros de Registro Específico para Medicamentos Controlados (Psicotrópicos) com 100 folhas LIVRO PARA PSICOTRÓPICOS, ANTIBIÓTICOS E ANTIMICROBIANOS. ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA 344/98. POSSUIR TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO PARA REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES. 100 FOLHAS NUMERADAS PAPEL OFF-SET 70 GRAMAS LIVRO COSTURADO CAPA DURA PRETA	10	54739	UND	RS: 86,93	
					VALOR TOTAL :	RS: 869,30

2. **DA PROPOSTA:**

2.1. A aquisição dos materiais solicitados visa suprir necessidades de controle da Subdivisão de Farmácia, em especial a Subseção Farmácia de Dispensação de Medicamentos Psicotrópicos, de modo a controlar as entradas e saídas dos medicamentos controlados.

2.2. O Termo de Referência estará disponível no sítio do Hospital das Forças Armadas no endereço: <https://www.hfa.mil.br>.

2.3. Os participantes deverão se atentar à elaboração da proposta, pois os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

2.4. A proposta comercial deverá ser enviada em papel timbrado, com as folhas numeradas sequencialmente, assinada pelo representante da empresa, via endereço eletrônico compras6@hfa.mil.br, em **até 48 (quarenta e oito) horas** a partir da publicação em Diário Oficial do Aviso de Chamamento Público.

2.5. A proposta comercial deverá conter as seguintes informações:

2.5.1. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

2.5.2. Razão Social e CNPJ;

2.5.3. Especificação do produto constando: fabricante/Laboratório, número do registro junto a ANVISA; unidade de fornecimento e fator de embalagem;

2.5.4. Quantitativo em conformidade com quadro acima;

2.5.5. Prazo de validade do produto informado no registro junto a ANVISA;

2.5.6. Valor unitário e total do item, conforme unidade de fornecimento, com até duas casas decimais após a vírgula, em moeda nacional;

2.5.7. Dados bancários para pagamento;

2.5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

2.5.9. Em caso de empate, as empresas serão notificadas por meio eletrônico para apresentação de nova proposta em um prazo de até 2 horas. Na ausência de resposta ou permanecendo o empate, a empresa que tiver apresentado proposta de forma mais célere, será considerada a vencedora.

2.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

3. DA JUSTIFICATIVA:

3.1. Essa aquisição se faz conforme à **Parte nº 72/2021/SEÇ CD(3454362)** a fim de manter o abastecimento na Subseção Farmácia de Dispensação de Medicamentos Psicotrópicos

3.2. A aquisição dos materiais solicitados visa suprir necessidades de controle da Subdivisão de Farmácia, em especial a Subseção Farmácia de Dispensação de Medicamentos Psicotrópicos, de modo a controlar as entradas e saídas dos medicamentos controlados.

Os medicamentos que serão listados nos livros são os da seguinte Lista:

- **Lista A1** - Substâncias entorpecentes.
- **Lista A2** - Substâncias entorpecentes de uso permitido somente em concentrações especiais.
- **Lista A3** - Substâncias psicotrópicas.
- **Lista B1** - Substâncias psicotrópicas.
- **Lista B2** - Substâncias psicotrópicas anorexígenas.
- **Lista C1** - Outras substâncias sujeitas a controle especial.

3.3. Os **Livro de Registro** Específico Farmácia **Medicamentos Controlados** - são controlados pela Portaria 344/98 e são exigidos em Farmácias Hospitalares que fazem a distribuição dos medicamentos controlados para pacientes

3.4. Os livros deverão ter o TERMO DE ABERTURA E/OU ENCERRAMENTO preenchido e assinado pelo Responsável Técnico (obrigatoriamente neste termo deverá constar o número de folhas do **livro** que se pretende **abrir**) e para qual lista será aberto/encerrado.

3.5. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

3.5.1. O HFA, por se tratar de hospital terciário e último elo na cadeia de evacuação das Forças Armadas em Brasília e adjacências, recebe pacientes acometidos das mais diversas enfermidades.

3.5.2. Os **Livros de Registros Específicos** destinam-se a anotação, em ordem cronológica, de estoque, entradas (por aquisição ou produção), saídas (para pacientes) processamento, beneficiamento, uso) e perdas

3.6. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

3.6.1. A contratação alinha-se com o planejamento da Direção do HFA, assessorada pelos chefes de clínicas e Departamentos. Esta assertiva ampara-se na medida em que é constante a necessidade de tais materiais para o bom andamento das atividades a que se destina o HFA.

3.6.2. Para **prestar atendimento de saúde com excelência**, é necessário que o hospital tenha os materiais solicitados. Esses materiais proporcionarão segurança aos envolvidos no atendimento, de forma a melhorar os procedimentos do atendimento.

3.6.3. É evidente que a adequação da proteção e segurança é necessária para **aperfeiçoar o modelo de gestão do HFA**.

3.6.4. E ainda, é imprescindível que os envolvidos no atendimento dos pacientes desta Organização Militar estejam em segurança para que alcancemos o objetivo de **fortalecer a dimensão humana do HFA**.

4. DA ENTREGA DO OBJETO:

4.1. Devido a urgência da utilização dos materiais, o prazo de entrega dos produtos deverá ser realizado em 15 (quinze) dias corridos contados da ordem de fornecimento, no endereço abaixo:

ÓRGÃO GERENCIADOR	
UASG	112408
NOME	HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS
ENDEREÇO	Estrada Parque Contorno do Bosque, s/nº, Sudoeste, Brasília/DF, Seção de Almoarifado, portão de acesso pela Via HCE Dois, telefone: (61) 3361-0695, nc

4.2. A entrega do bem deverá ser atestada pelo Órgão Contratante, que aferirá a sua conformidade com as especificações constantes neste instrumento.

4.3. O servidor designado para acompanhar a entrega do objeto formalizará o seu recebimento na própria nota fiscal e/ou fatura correspondente, no prazo máximo de dois dias úteis contados da data da entrega do objeto, pela Contratada.

4.4. A Contratada se obriga a efetuar, a qualquer tempo, a substituição de material rejeitado, se este apresentar defeito de fabricação ou divergências relativas às especificações constantes neste instrumento, independentemente da quantidade rejeitada.

5. DA GARANTIA:

5.1. Os produtos que não possuem a garantia definida nas especificações deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses ou a garantia do fornecedor.

6. DA HABILITAÇÃO:

6.1. A administração verificará a regular inscrição junto à Receita Federal; se há compatibilidade da sua atividade econômica com o Objeto desta contratação e não há incompatibilidade de seus sócios/administradores com integrantes deste nosocômio, mediante Consulta Parametrizada SICAF

6.2. Verificará eventual descumprimento das condições de participação mediante a consulta aos seguintes cadastros: Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) a fim de verificar a regularidade junto à Receita Federal, FGTS e CNDT.

6.3. Cadastro Nacional de Condenações por Ato de Improbidade Administrativa (CNJ), Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CNEP) e Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CADICON)

6.4. Será exigido também, a declaração de que não contrata menor, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º, da CF/88 e no disposto no inciso V, do Art. 27, da Lei nº 8.666/93.;

7. DAS CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DA EMPRESA PARA FINS DE CONTRATAÇÃO:

7.1. Constatada a existência de qualquer fator que gere impedimento de contratar com a Administração Pública, a Administração reputará o fornecedor inabilitado.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento se dará por meio de Nota de Empenho (NE) e será realizado no prazo de até 5 (cinco) dias, com amparo no art. 5, § 3º, da Lei nº 8.666/93 se o valor adjudicado for inferior ao valor constante do inciso II, art. 24 da Lei nº 8.666/93.

8.2. Em sendo superior, o pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, nos termos do alínea a), inciso do art. 40, Lei nº 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES:

9.1. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

- a) pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;
- b) pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;
- c) pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;
- d) pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;
- e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Termo de Referência e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

9.2. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

9.3. As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

9.4. O Órgão Contratante poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.

10. DO FORO:

10.1. As questões decorrentes deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas por uma das Varas da Justiça Federal na cidade de Brasília, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no Art. 102, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal.

CLAUDIA DA MATTA CORRÊA Capitão de Mar e Guerra (S) Chefe da Divisão de Farmácia
Ratifico:
Brig Med - GERALDO JOSÉ RODRIGUES Diretor Técnico de Saúde
ELVIO DE DEUS GULART- Cel EB Ordenador de Despesas do Hospital das Forças Armadas



Documento assinado eletronicamente por **Claudia da Matta Correa, Chefe**, em 24/06/2021, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo José Rodrigues, Diretor(a), substituto(a)**, em 25/06/2021, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Elvio de Deus Gulart, Ordenador(a) de Despesas**, em 28/06/2021, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **3719390** e o código CRC **FFB75C71**.